

ções, levando no final quadros sinópticos e um índice alfabético e remissivo, que muito facilitam a consulta.

É de desejar que os volumes seguintes sejam rapidamente publicados, para se ficar possuindo um trabalho completo sobre a matéria de recursos; trabalho sem preocupações doutrinárias nem alardes de erudição — mas sério, objectivo e prático.

A. P. C.

«ELEIÇÕES DAS JUNTAS DE FREGUESIA» — Legislação actualizada e anotada

*Pelo Dr. António Luis da Costa Rodrigues — 60 páginas
Coimbra Editora, Limitada — 1945.*

Esta pequena colectânea organizada pelo Sr. Dr. Costa Rodrigues, ilustre Secretário do Governo Civil de Coimbra, é um livrinho que, se não aumenta a nomeada do seu autor, também a não desmerece.

Logo no prefácio êle acentua, de resto, que quiz compôr apenas um «auxiliar das eleições políticas e das eleições das autarquias locais».

Tal objectivo conseguiu-o, sem a mais leve sombra de dúvida: — os textos legais — arts. 196.º a 246.º do Código Administrativo — são acompanhados de anotações breves e claras; e a brochura é ainda completada com quadros das operações do recenseamento e da eleição, e vários modelos de requerimentos e actas, de manifestada utilidade.

A. P. C.

*
* * *

Também recebemos e agradecemos:

DR. CAMARATE DE CAMPOS — A interpretação e a aplicação do art. 1.761.º do Código Civil — Alegação em recurso de revista.

DRS. ADRIANO JARDIM E JOÃO ANTÓNIO DE OLIVEIRA REBOREDO — Notas ao Código das Custas Judiciais — fascículo 2.º.

●

REVISTAS

«Revista de Direito e de Estudos Sociais» — Ano I, n.º 2 e 3 — Coimbra, Junho e Agosto de 1945

N.º 2, Junho de 1945

SUMÁRIO :

PAULO CUNHA — Sobre a função preventiva dos embargos de terceiro.

ANSELMO DE GASTRO — Depósito do triplo da renda.

APONSO RODRIGUES QUERÓ — Notas sobre o contencioso de normas administrativas (cont.).

JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA

ANSELMO DE CASTRO — Constituição do conselho de família nas interdições (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 31-10-1941).

AFONSO RODRIGUES QUEIRÓ — Questões controvertidas sobre o desvio de poder (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20-2-1945 — Secção do Contencioso Administrativo).

N.º 3, Agosto de 1945

SUMÁRIO :

DOCTRINA

JOSÉ JOAQUIM TEIXEIRA RIBEIRO — A sisa nas preferências.

ALBERTO DE CASTRO PINA — A requisição de pinheiros e eucaliptos em prédios cativos de usufruto.

JOSÉ OSÓRIO — Reflexões sobre o conceito da segunda reincidência.

JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA

ANSELMO DE CASTRO — Anulação de venda de coisa alheia pelo verdadeiro dono (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9-2-1945).

ANSELMO DE CASTRO — Caducidade do arrendamento e seus efeitos (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-1-1945).

AFONSO RODRIGUES QUEIRÓ — Sobre a violação das leis de forma (Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 7-3-1945 — Secção do Contencioso Administrativo).

*

«Revista do Centro de Estudos Económicos» — N.º 1, 1944

SUMÁRIO :

Palavras de apresentação, pelo Prof. Doutor Ruy Ennes Ulrich.

Sessão inaugural dos centros de estudo.

Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais, pelos engenheiros-agrónomos, Prof. Azevedo Gomes, Prof. Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas.

Rendimentos privados e consumo, pelo Doutor Artur Águedo de Oliveira.

CRÓNICAS :

Preços, pelo Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim.

Balança de Pagamentos — Mercado Cambial, pelo Doutor JOSÉ AUGUSTO CORREIA DE BARROS.

Seguros, pelo Engenheiro Prof. FRANCISCO LEITE PINTO.

Estatística da Produção Agrícola, pelo Engenheiro JOSÉ DE ARAÚJO CORREIA.

As sociedades Comerciais em 1942 e 1943, pelo Prof. MOSÉS AMZAIK.

O Comércio Externo de Portugal em Agosto de 1944, pelo Dr. FRANCISCO

DE CASTRO CALDAS.

Transportes, pelo Prof. Doutor RUY ENNES ULRICH.

Movimento Corporativo, pelo Dr. JOSÉ PENHA GARÇA.

Diplomas legais relativos ao Centro de Estudos Económicos.

Reuniões do conselho orientador e da direcção do Centro de Estudos.

*

BOLETIM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 3.º ano, n.ºs 27, 28, 29 e 30, Maio, Junho, Julho e Agosto de 1945.

JUSTIÇA PORTUGUESA, 12.º ano, n.ºs 133 e 134.

O DIREITO DO TRABALHO, 1.º ano, n.ºs 7 a 11.

ENCICLOPÉDIA JURÍDICA — Procural — 1944.